



Prefeitura Municipal de  
**Espumoso**

*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3.337, DE 10 DE OUTUBRO DE 2020.**

**REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020.**

**DOUGLAS FONTANA, PREFEITO DE ESPUMOSO, RS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o reconhecimento do estado de calamidade pública em âmbito nacional pelo Decreto Legislativo, nº 6, de 20 de março de 2020,

**CONSIDERANDO** que a União repassará aos Municípios valores para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural de acordo com a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020,

**CONSIDERANDO** a regulamentação da Lei Federal através do decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, expedido pela União,

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios para a concessão do subsídio mensal para a manutenção de espaço cultural e fomento à cultura, diante dos prejuízos causados pela pandemia do COVID – 19,

**CONSIDERANDO** que a mobilização, o objeto e a motivação deste Decreto é de alcançar prioritariamente os **ESPAÇOS CULTURAIS** fragilizados e em vulnerabilidade, realmente **PARALIZADOS** ou que estiverem **PARALIZADOS**, em razão das medidas de isolamento social,

**DECRETA:**

**Art. 1º** – Este Decreto regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos para a execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, de competência do Município, conforme incisos II e III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, em observância ao disposto no § 4º do art. 2º do Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

**Art. 2º** – Fica instituído o Grupo de Trabalho de Planejamento e Execução Lei Aldir Blanc – GTPE, composto pelos seguintes membros:

**I** – 02 membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

**II** – 01 membro do Gabinete do Prefeito (Jurídico);

**III** – 01 membro da Secretaria de Finanças (Contabilidade);

**IV** – 01 membro da Assessoria de Cultura;

**V** – 02 membros da Secretaria Municipal de Administração.





*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

Prefeitura Municipal de  
**Espumoso**

**Art. 3º – O grupo de trabalho, criado no “caput” no artigo anterior, terá as seguintes atribuições:**

**I –** deliberar sobre as diretrizes de aplicação dos recursos financeiros federais, especialmente considerando a vocação cultural local e os atores de produção de cultura presentes do Município;

**II –** estabelecer as metas a serem alcançadas e as respectivas ações a serem desenvolvidas para tanto, no âmbito de cada ação emergencial ao setor cultural de competência do Município;

**III –** providenciar o cadastramento na Plataforma + Brasil, inclusive com o preenchimento do Plano de Ação, bem como gerenciamento das ações necessárias para aplicação dos recursos, gerenciamento da conta bancária, eventuais reversões;

**IV –** definir contrapartidas mínimas a serem apresentadas pelos beneficiários do subsídio mensal de que trata o inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, que serão formalizadas no ato do recebimento do benefício e prestadas após o reinício de suas atividades, com prioridade para que sejam realizadas em prol dos alunos de escolas públicas ou em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita e em intervalos regulares;

**V –** definir, em conjunto com o Estado, o âmbito em que cada ação emergencial relativa ao inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 será realizada, envidando esforços conjuntos para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais;

**VI –** providenciar a ampla publicidade das iniciativas apoiadas pelos recursos federais destinados às ações emergenciais ao setor cultural, inclusive por meio do sítio oficial do Município na internet, enviando especiais esforços para que as ações relativas ao inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, sejam transmitidas pela internet e disponibilizadas por meio das redes sociais e outras plataformas digitais;

**VII –** realizar a avaliação de resultados das ações emergenciais, por meio de análise objetiva e sistemática do seu desenvolvimento junto aos beneficiários, julgando o mérito da execução considerando a relevância, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade dos resultados;

**VIII –** elaborar o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto Federal nº 10.464/2020, preenchendo-o na Plataforma +Brasil e publicando-o no sítio eletrônico do Município;

**IX –** realizar busca ativa dos trabalhadores da cultura que possam ser beneficiários da renda emergencial mensal de que trata o inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, esclarecendo acerca do direito e dos respectivos critérios de elegibilidade, orientando-os quanto ao cadastramento junto à Secretaria Estadual de Cultura do Estado;

**X –** outras, que vierem a ser determinadas pelo Prefeito Municipal, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.017/2020 e Decreto Federal nº 10.464/2020.





*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

## *Prefeitura Municipal de* **Espumoso**

**Art. 4º** – Para auxiliar o GTPE, previsto no artigo 3º deste Decreto, nas questões administrativas será indicado 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, indicado pelo secretário da referida pasta.

**Art. 5º** – Grupo de Trabalho de Planejamento e Execução destinado ao setor cultural realizará as reuniões necessárias para estabelecer as condições técnicas de execução das suas competências, preferencialmente de forma virtual.

**Parágrafo único.** Quando for necessária a realização de reunião presencial, deverão ser adotadas todas as medidas sanitárias permanentes e segmentadas, para segurança sanitária individual e coletivas, nos termos dos protocolos do Distanciamento Social Controlado instituído pelo Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020, e alterações posteriores.

**Art. 6º** – O montante dos recursos financeiros recebidos pelo município de Espumoso, será aplicado para beneficiar pessoas físicas ou jurídicas, na seguinte proporção, divididos em subsídios aos espaços culturais e fomento a cultura:

I – pagamento de subsídio para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais e comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, de acordo com o inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, desde que estejam inscritos em cadastros de cultura e habilitados conforme regulamentação Federal e Municipal;

II – pagamento de projetos selecionados, como forma de fomento à cultura, para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao dispêndio do inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, de acordo com critérios de seleção dos projetos estabelecidos no edital.

**Parágrafo único.** Conforme prevê o §6º do art. 10 do Decreto 10.464/2020, o montante dos recursos indicados no plano de ação de distribuição dos recursos poderá ser remanejado de acordo com a demanda, desde que a divisão dos recursos prevista no art. 2º da Lei Federal 14.017 seja respeitada e que o remanejamento seja informado no relatório de gestão final.

**Art. 7º** – O subsídio previsto no inciso I do artigo anterior, terão valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme definição do gestor local, a ser pago em parcela única, referente a dois meses de subsídio.

**§1º** – Este subsídio será concedido exclusivamente para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o benefício esteja inscrito em mais de um cadastro, ou seja, responsável por mais de um espaço cultural.

**§2º** – Farão jus a este benefício os espaços culturais que se enquadram no §1º do art. 7º da Lei Federal nº 14.017/2020, desde que, preferencialmente, estejam ou estiverem com suas atividades interrompidas; que comprovem a sua inscrição e homologação em no mínimo um cadastro, seja nacional, estadual ou municipal; possuam projeto/atividade cultural comprovados e de acordo com os seguintes critérios:





Prefeitura Municipal de  
**Espumoso**

*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

a) espaços de pequeno porte/coletivos/organizações culturais, considerados como espaços culturais sem sede comercial, organizados e mantidos por pessoas, desde que representativas do espaço devidamente comprovado, em sua própria residência, em uso compartilhado, ou emprestado;

b) espaço médio porte/coletivos/organizações culturais, considerados como espaços culturais com sede comercial, de acordo com espaço físico e atividades desenvolvidas, público atingido, a ser avaliado pelo gestor local conforme informações cadastrais;

c) espaços de grande porte/coletivos/organizações culturais, considerados espaços culturais com sede comercial, de acordo com o espaço físico e atividades desenvolvidas, público atingido, a ser avaliado pelo gestor local conforme informações cadastrais.

§ 3º – Para receber os subsídios, os espaços/organizações culturais devem se habilitar através de inscrição no prazo definido em edital a ser publicado e amplamente divulgado no mural e site oficial da Prefeitura de Espumoso. A elegibilidade e a validação dos cadastros inscritos, bem como a sua classificação de acordo com os critérios estabelecidos acima, serão realizadas pelo Grupo de Trabalho, tendo como referência a verificação se os solicitantes do subsídio cumprem as condições de elegibilidade conforme regulação da Lei Federal através do Decreto nº 10.464 por meio de consulta às bases de dados do Ente local ou ainda a base de dados Federais.

§ 4º – Serão levados em consideração para validação das inscrições a realização do Cadastro Municipal, identificado na plataforma da Secretaria Estadual da Cultura ou o Cadastro Municipal realizado na plataforma Google Forms, desde que já elegíveis conforme o § 3º, os seguintes critérios cuja documentação e informações devem constar no formulário próprio de inscrição do proponente publicado junto com o Edital:

I – atividades artísticas culturais desenvolvidas e se permanece paralisado;

II – relevância do espaço ou organização;

III – coerência com o segmento/área e a execução de trabalhos artísticos e culturais;

IV – descrição do espaço, se for físico, com sede, número de profissionais, público atingido;

§ 5º – Os valores serão distribuídos, de forma isonômica entre as categorias, da seguinte forma:

I – pequeno porte, parcela de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00;

II – médio porte, parcela de R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00;

III – grande porte, parcela de R\$ 6.001,00 a R\$ 10.000,00.

§ 6º – Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso I do art. 6º deste Decreto ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas,





*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

## **Prefeitura Municipal de Espumoso**

prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido, desde já fixado uma apresentação artística, conforme definição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

**§ 7º** – Fica vedada a concessão do subsídio a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do sistema S.

**Art. 8º** – O beneficiário do subsídio previsto no inciso I do art. 6º deste Decreto apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da parcela do subsídio.

**§ 1º** – A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário, realizados durante o estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020.

**§ 2º** – Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas, quitadas ou não, realizadas, no período da pandemia, com:

- a) Internet;
- b) Impostos;
- c) Taxas;
- d) Licenças;
- e) Tarifas de energia elétrica e de água;
- f) Transportes;
- g) Telecomunicações;
- h) Materiais de consumo e limpeza;
- i) Aluguel;
- j) Gastos com equipes administrativas e de campo que trabalham regularmente no

espaço;

k) Gastos de instrutores artísticos, professores, técnicos terceirizados, que prestam serviços quando requisitados, desde que se comprove o pagamento através de Registro de Pagamento de Autônomo, outras despesas que garantam a continuidade das atividades básicas do espaço ou da instituição/organização.

**Art. 9º** – Os projetos culturais que serão contemplados através de edital de seleção como forma de fomento à cultura previsto no inciso II do art. 6º deste Decreto, deverão desenvolver atividades relacionadas aos seguintes setores:

- I – artes visuais;
- II – audiovisual;
- III – culturas populares;



*Um novo Espumoso.  
Uma nova visão.*

Prefeitura Municipal de  
**Espumoso**

**IV – dança;**

**V – linguagem literárias e digitais;**

**VI – memória e patrimônio;**

**VII – música;**

**VIII – teatro;**

**IX – artesanato;**

**X – produtores culturais.**

**§ 1º** – Os projetos deverão ser executados, especificamente, para o edital que selecionará os candidatos à percepção do prêmio.

**§ 2º** – Não serão aceitos acervos ou gravações disponibilizadas antes da pandemia, ou a reutilização de exibições de projetos culturais em plataformas digitais já executadas em editais municipais de fomento à cultura em 2020.

**§ 3º** – Caberá ao Grupo de Trabalho de Planejamento e Execução Lei Aldir Blanc destinada ao setor cultural o julgamento das propostas apresentadas no âmbito dos editais de que trata este artigo.

**Art. 10** – A não comprovação da aplicação dos subsídios repassados, a não execução do projeto ou o indeferimento da prestação de contas implicará na devolução do valor recebido e a inabilitação da pessoa e/ou espaço ou gestor contemplados a partir de editais de cultura por 04 (quatro) anos consecutivos, ficando registrado em dívida ativa com o município, podendo ter seu nome inserido nos cadastros de inadimplentes, ter seu nome protestado além de ser todos os meios legais cabíveis para a devolução dos valores recebidos.

**Art. 11** – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPUMOSO**, aos dez dias do mês de outubro de 2020.

**DOUGLAS FONTANA**  
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em 10.10.2020

**ANTÔNIO TAVARES**  
Sec. Mun. de Administração